



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Gilberto Ribeiro



PROJETO DE LEI Nº 121/2015


LIÃO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 23 FEV. 2015
1º Secretário

Denomina o município de Piraquara
como a “Capital das Águas” do
Estado do Paraná.

Art. 1º Denomina o município de Piraquara como a “Capital das
Águas” do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2015.


GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Gilberto Ribeiro



JUSTIFICATIVA

Piraquara foi fundada oficialmente em 29 de janeiro de 1890. A cidade tem muitos mananciais e centenas de nascentes do Rio Iguaçu, assim como as barragens de Piraquara I, II e III, por isso é chamada de Berço das Águas e Cidade dos Mananciais. Sendo uma área de proteção ambiental, também é responsável por mais de cinquenta por cento do abastecimento de água da grande Curitiba.

Preocupados com o presente e com o futuro, a prefeitura de Piraquara vem desenvolvendo ações em prol da preservação e do uso racional dos recursos hídricos. Um dos programas de destaque que é prioridade na atual gestão é o "Nossos Rios, Nossas Vidas".

Dessa forma, pensando em homenagear o Município por suas inúmeras qualidades, denominamos como a "Capital das Águas" do Estado do Paraná.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2015.


GILBERTO RIBEIRO

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 121/2015

Projeto de Lei nº. 121/2015

Autor: Deputado Estadual Gilberto Ribeiro

Súmula: Denomina o município de Piraquara como a "Capital das Águas" do Estado do Paraná.

EMENTA: DENOMINAÇÃO TEMÁTICA POR AÇÃO LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, NO PARANÁ, COMO CAPITAL DAS ÁGUAS. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro, tem por finalidade denominar o Município de Piraquara, no Estado do Paraná, com o título de Capital das Águas.

O projeto visa homenagear a cidade por sua riqueza em recursos híbridos naturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, bem como por estarem presentes os requisitos de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de abril 2015.

Dep. Nelson Justus
Presidente

Dep. Alexandre Curi
Relator

APROVADO

06/05/15 RJ

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 121/2015

Projeto de Lei nº 121/2015

Autoria: Deputado Estadual Gilberto Ribeiro

Súmula: Denomina o município de Piraquara como a "Capital das Águas" do Estado do Paraná

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Gilberto Ribeiro, sob o nº PL 121/2015, tem por objetivo denominar o município de Piraquara, como a "Capital das Águas" do Estado do Paraná.

A proposição recebeu o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, no tocante à sua constitucionalidade e legalidade, na data de 06 de maio do corrente ano, tendo como relator o deputado Alexandre Curi; sendo agora esta comissão chamada a se manifestar, nos termos do art. 33-K, do Regimento Interno da Casa.

MÉRITO

Na justificativa da proposição, em síntese, descreve-se que – a cidade tem muitos mananciais e centenas de nascentes do Rio Iguaçu, assim como as barragens de Piraquara I, II e III, sendo por isso, chamada de Berço das Águas e Cidade dos Mananciais. Destaca, ainda, que sendo uma área de proteção ambiental, também é responsável por mais de cinquenta por cento do abastecimento de água da grande Curitiba.

Conclui a assertiva descrevendo-se que o projeto visa homenagear a cidade por sua riqueza em recursos hídricos naturais

R



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Destaque-se que uma capital, no sentido literal da palavra, é o lugar que concentra as atividades mais importantes de uma região ou de uma atividade específica; sendo certo que o topônimo – "**Piraquara**", segundo Silveira Bueno e Eduardo de Almeida Navarro, é um vocábulo indígena que significa "toca dos peixes". Do tupi pirá: peixe e kûara, buraco, cova, cavidade, esconderijo; enquanto o adjetivo – capital – traduz-se por - de relevo; principal, fundamental.

Por sua vez, o Município de Piraquara não é uma mera coadjuvante no cenário dos municípios que formam a RMC. Em se tratando de água, ela é personagem principal. Localizada em uma posição geográfica privilegiada e diferenciada, o município é responsável direto pelo abastecimento de pelo menos metade da população de Curitiba e Região Metropolitana. Região serrana, área de preservação ambiental, flora e fauna ricas e raras. Quase a totalidade do município é comprometida com a captação de água. Piraquara tem 1.162 nascentes e 93% do seu território é considerado área de manancial.

Sua rede hidrográfica é formada pelos rios Piraquara, Irai, Iraizinho, Itaquí, Atuba e Rio do Meio, os principais, sem contar os inúmeros cursos d'água menores. Tais características a tornam um importante e fundamental personagem na sobrevivência da Grande Curitiba. É dela que vêm as fontes para levar água para uma população aproximada de 1,5 milhão de pessoas.

Em números absolutos, o que é formado em Piraquara abastece 50% da região. Mas, como suas nascentes são importantes para a formação das barragens - Piraquara I e II e o Irai - pode-se dizer que o município é responsável direta e indiretamente pelo abastecimento de 70% da população da Grande Curitiba. Sozinha, Piraquara fornece 3,5 mil litros de água por segundo para o sistema. O consumo da população da Grande Curitiba chega a 7 mil litros por segundo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Em face do exposto e pela relevância da matéria ao prestar uma justa e merecida homenagem ao Município de Piraquara, opinamos FAVORAVELMENTE, recomendando a conseqüente tramitação e posterior aprovação do projeto de lei de autoria do deputado Gilberto Ribeiro.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18 maio de 2015


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
Presidente


DEPUTADO MARCIO NUNES
Relator


DEP. CRISTINA
SILVESTRI


DEP. LÚCIO


DEP. ARTAGÃO

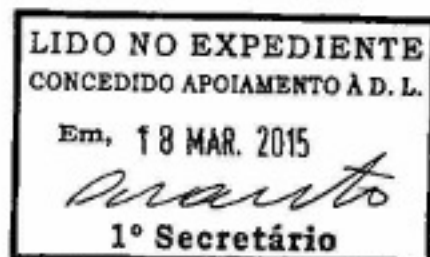


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 197/2015




Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná do Dia da **Sukyo Mahikari**, a ser celebrado anualmente em 27 de fevereiro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná do Dia da **Sukyo Mahikari**, a ser celebrado anualmente em 27 de fevereiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de Março de 2015.


FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual – PDT



JUSTIFICATIVA

A **Sukyo Mahikari** é uma organização espiritualista representada em todo o mundo, com dezessete sedes oficiais no Brasil, na região Sul sua sede está localizada na Rua Padre Germano Mayer, nº 1642, em Curitiba.

Fundada no Japão em 1959 pelo Mestre **Tairiku Okada**, a entidade tem por objetivo central divulgar os princípios divinos para ser um guia seguro a todas as pessoas, independentemente de crenças, raça e nacionalidade.

A preocupação da **Sukyo Mahikari** é a salvação do Planeta Terra e dos seres humanos, seguindo as leis e os costumes dos países que a acolheu com generosidade, tendo o propósito de retribuir o amor do povo brasileiro.

Com esta finalidade promove todos os anos no Japão e também no Brasil congressos que contam com a presença de cientistas e estudiosos renomados de várias áreas, buscando harmonizar as relações.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PBT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 197/2015

Projeto de Lei nº. 197/2015

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná do Dia da Sukyo Mahikari, a ser celebrado anualmente em 27 de fevereiro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DA SAKYO MAHIKARI, A SER CELEBRADO ANUALMENTE EM 27 DE FEVEREIRO. ARTIGO 165, ART. 190 AMBOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 215 §2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia da Sukyo Mahikari a ser celebrado anualmente em 27 de fevereiro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais

○ Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 da Constituição Estadual do Paraná:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

○ Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

DEP. GUTO SILVA
Relator

Guto Silva

Guto Silva

APROVADO

06/05/15

Guto Silva

Guto Silva

Guto Silva

Guto Silva

Guto Silva



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI nº 300/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 22 ABR. 2015

1º Secretário

Concessão de Título de Utilidade Pública ao
INSTITUTO OPORTUNIZAR ESPORTE, CULTURA E
EDUCAÇÃO PARA DESPORTOS DO ESTADO DO
PARANÁ, com sede e foro no município de
Toledo.

**Art. 1º - Concede Título de Utilidade Pública ao
INSTITUTO OPORTUNIZAR ESPORTE, CULTURA E EDUCAÇÃO PARA
DESPORTOS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro no município de
Toledo.**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

Sala das Sessões, 22 de abril de 2015

JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO

DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O Instituto Oportunizar Esporte, Cultura e Educação para Desportos do Estado do Paraná, é uma entidade de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 17.769.874/0001-08, com personalidade jurídica e Estatutos devidamente registrados no Registro de Civil de Pessoas Jurídicas em data de 07/03/2013, sob nº 1433, livro APJ 1 12, NA Comarca de Toledo.

Trata-se de entidade que vem prestando relevantes serviços em favor de crianças e adolescentes, com atividades desportivas e educacionais, oportunizando aprendizado e espaços saudáveis de convivência, contribuindo para formação de uma sociedade mais humana, solidária e com menos violência.

Pelas finalidades a que se propõe e por ser uma entidade muito bem organizada e administrada, solicito o apoio dos nobres Deputados e Deputadas para aprovação do presente Projeto de Lei.


José Carlos Schiavinato

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 300/2015

Projeto de Lei nº. 300/2015

Autor: Deputado Estadual Schlavinato

Súmula: Concessão de Título de utilidade Pública ao Instituto Oportunizar esporte, cultura e educação para desportos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Toledo.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Schlavinato, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto Oportunizar Esporte, cultura e educação para desportos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Toledo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente Instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.


CONCLUSÃO

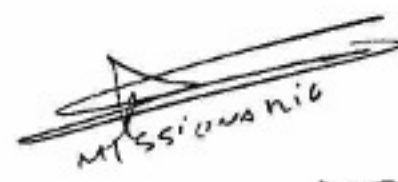
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, de de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Gilson Souza


Missioneiro


Pastor


CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI N.º 399 /2015

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 25 MAIO 2015

1º Secretário

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente São Francisco de Assis – ABESF, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Francisco de Assis – ABESF, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2015.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente São Francisco de Assis é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter humanitário, averbada no registro civil em 06 de novembro de 2003, e que atua no âmbito da saúde.

As atividades realizadas são hospitalares e ambulatoriais, inclusive com a administração de centro de saúde, desenvolvimento de programas de nutrição, amamentação, saúde da família dentre outros. Ainda organiza treinamentos e atualização para profissionais da saúde e seminários, congressos, feiras e eventos voltados ao setor de saúde.

Diante da importante atuação da Associação Beneficente São Francisco de Assis junto à população local, solicita-se a concessão de Título de Utilidade Pública. A documentação pertinente exigida pela legislação segue em anexo.



Assémbleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 399/2015

Projeto de Lei nº. 399/2015

Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca

Súmula: Declara de utilidade Pública a Associação Beneficente São Francisco de Assis- ABESF, com sede e foro no Município de Umuarama.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Beneficente São Francisco de Assis- ABESF**, com sede e foro no Município de Umuarama.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

- I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**
- II - ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**
- III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



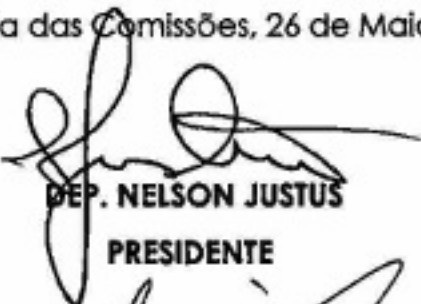
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

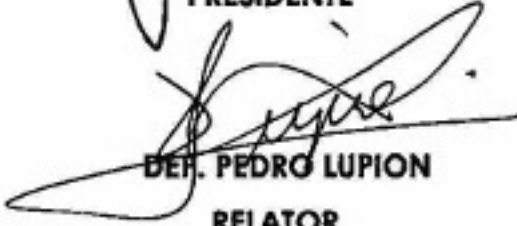
Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 26 de Maio de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. PEDRO LUPION
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15